

**PARECER JURÍDICO Nº PJ-064/2014 AO(s) DOCUMENTO(s) PLE-049/2014
CONFORME PROCESSO-294/2014**

Dados do Protocolo

Protocolado em: 18/06/2014 09:12:30

Protocolado por: Débora Geib

**PARECER JURÍDICO FAVORÁVEL AO
PROJETO DE LEI N. 049/2014.**

Senhor Presidente:

Senhores Vereadores:

Na Justificativa vislumbra-se que o executivo municipal requer autorização legislativa para alterar dispositivos da Lei Municipal nº 3.120, de 24 de abril de 2013, que institui Contribuição de Melhoria e dá outras providências. Objetiva o projeto prorrogar a possibilidade de pagamentos voluntários em 2014, em razão do atraso na conclusão das obras em função das verbas federais que retardou a previsão inicial de lançamentos; possibilitar a injeção de recursos nos cofres públicos, para auxiliar na execução das obras, no sentido de agilizar o término da 4ª etapa da obra; estabelecer um plano de pagamentos mais flexível, a ser utilizado quando do lançamento da contribuição de melhoria (2015), em razão de se identificar no trecho beneficiado com a obra, famílias com realidades financeiras muito distintas, desde imóveis comerciais com alto potencial financeiro, até imóveis residenciais habitados por famílias de classe média, cujo pagamento não teria como ser liquidado em apenas 8 parcelas, como o texto original previa, incentivar o recolhimento do tributo de forma antecipada, aproveitando incentivo de descontos, tornando a condição benéfica ao município, que recebe o recurso antes do lançamento e também ao proprietário do imóvel, que tem interesse que a obra seja concluída no menor prazo possível, podendo ainda nesta adesão realizar um menor desembolso.

Na doutrina encontramos que a contribuição de melhoria é um tributo que está presente nas Constituições Brasileiras desde 1934, com exceção à Constituição de 1937. A Constituição Federal de 1988 faculta ao município a cobrança de uma "contribuição de melhoria decorrente de obras públicas", no inciso III do Artigo 145. O Decreto-Lei nº 195 de 1967, Legislação que trata do assunto específico da Contribuição de Melhoria diz em seu Artigo 2º que, o fato gerador do referido tributo será a valorização do imóvel de propriedade privada em virtude de obras públicas como pavimentação, arborização, iluminação e vários outros tipos de melhoramentos públicos.

O Código Tributário Nacional exige, em seu artigo 5º, que, para a cobrança da contribuição de melhoria a administração competente (União, Estados ou Municípios) deverá publicar edital contendo uma série de elementos. A mesma lei ainda em seu artigo 6º concede ao contribuinte o prazo de 30 dias para impugnar qualquer elemento constante do edital.

Também os Artigos 81 e 82 do CTN fazem previsão sobre este tributo.

Alguns locais utilizam tanto a contribuição de melhoria como o Plano Comunitário de Melhoria, ambos são amplamente utilizados para pavimentação, drenagem, esgotamento e saneamento básico e iluminação pública.

As dificuldades para implementar a Contribuição de Melhoria são de ordem política e jurídica. Em termos jurídicos, há divergências de interpretação, dentre outras, relativas à necessidade de Legislação específica para a utilização deste tributo. Para alguns juristas não à necessidade de Legislação complementar municipal definindo o assunto.

Vale salientar que a obra pública é a construção, edificação, reparação, ampliação do patrimônio público. A obra deve estar necessariamente concluída para que possa concretamente comprovar a valorização imobiliária causada pela empreitada.

Em rápidas pinceladas, pode-se dizer que as contribuições de melhoria podem ser criadas por leis federais, estaduais ou municipais, para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado. portanto, a contribuição de melhoria poderia propiciar ao poder público os recursos necessários à realização de importantes obras de infra-estrutura.

Assim, sua cobrança é possível sempre que, em decorrência de realização de obra pública, for beneficiada a propriedade imobiliária. Cabe ressaltar que o poder Público resta adstrito ao cumprimento dos requisitos legais impostos para que ocorra o recolhimento da contribuição de melhoria, como já decidiu o Tribunal de Justiça deste Estado.

Em pesquisa verifiquei a existência de duas correntes doutrinárias sobre o fato gerador e fato imponible desse tributo, uma que exige a valorização imobiliária ou melhoria e a outra, onde basta o benefício decorrente da obra pública, ambas devem estar amparadas em lei, como dispõe o artigo 82 do CTN.

Logo, a valorização é apurada com base no valor venal do imóvel, conforme o disposto no art. 12 do Decreto-Lei 195/67. A base de cálculo da contribuição de melhoria, segundo parte da doutrina pátria, é o quantum de valorização imobiliária. Cita-se a jurisprudência abaixo descrita:

TRIBUTO- CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - FATO GERADOR - VALORIZAÇÃO DO IMÓVEL - ART. 81/CTN - PRECEDENTES DO STF E STJ - 1. A contribuição de melhoria tem como fato gerador a valorização do imóvel que lhe acarreta real benefício, não servindo como base de cálculo, ~ao-só o custo da obra realizada. 2. Recurso Especial conhecido e provido. (STJ - RESP 280248 - SP - 2ª T. Rel. Min. Francisco Peçanha Martins - DJU 28.10.2002).

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - Loteamento urbano. Pavimentação asfáltica e colocação de guias e sarjetas. Incidência da contribuição de melhoria na hipótese de valorização do imóvel. Lançamento que desconsidera este critério e não fixa alíquota percentual correspondente à valorização. Base de cálculo

exclusivamente fixada no rateio do custo da obra em proporção à metragem linear da respectiva testada dos imóveis beneficiados. Inadmissibilidade. Violação do Código Tributário Nacional, arts. 81 e 82. Lançamento ajuizado de ofício. Reexame necessário não provido. (1º TACSP - AP 0913031-8 - (42772) - São João da Boa Vista - 2ª C. Fér. - Rel. Juiz Amado de Faria - J. 03.04.2002).

Também que sabe-se que a cobrança da contribuição de melhoria obedece a uma sequência de ordenações, disciplinada pela lei, e solidificada pela jurisprudência, objetivando o correto lançamento do tributo, para que não se promova apenas o ressarcimento do custo da obra, e sim, se leva em conta a efetiva valorização do imóvel. A referida sequência indica, primeiramente, a publicação de lei específica, observada a anterioridade, considerando individualmente a obra que será feita, em atenção ao entendimento do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul posteriormente, estando em vigor a lei referida, caberá ao Município efetuar a publicação prévia do edital, antes do início da obra, indicando a delimitação das áreas atingidas e os contribuintes beneficiados, apresentando memorial descritivo do projeto, o orçamento estimado do respectivo custo, além da determinação da parcela a ser repassada pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados. Publicado o edital, os interessados terão o prazo de trinta dias para impugnar todos os elementos nele constantes, justificando os motivos de sua impugnação. A partir deste momento, impugnado ou não o edital, o Município dará início às obras. Realizadas e concluídas, o Município deverá publicar outro edital com o custo efetivo da obra realizada, bem como a valorização gerada, sendo que aquele o limite desta, momento em que efetivará o lançamento do tributo. Feito o lançamento, o contribuinte deverá ser notificado do valor da contribuição de melhoria, concedendo-se novo prazo para impugnação ou pagamento. Resumidamente é o procedimento para a cobrança do tributo.

Destaco que as principais alterações descritas no Projeto de Lei em comparação com a lei que pretende modificar refere-se ao Art. 6º, onde estão dispostas as possíveis condições de pagamento da contribuição de melhoria, por parte do contribuinte, assim, acabaram por acrescentar mais dois (02) planos de pagamento e, também, modificaram os que já existiam na Lei anterior. Ainda, em relação ao artigo 7º, o executivo municipal modificou o desconto do pagamento para aqueles que efetuarem nas datas previstas.

Por todo o supra exposto, opino pela viabilidade técnica da proposição apresentada, desde que efetivamente a obra realizada pelo Poder Público venha a valorizar os imóveis dos contribuintes, visto que as alterações pretendidas são discricionárias da administração, ou seja, uma pequena liberdade concedida aos administradores públicos, para agir de acordo com o que julgarem conveniente e oportuno diante de determinada situação, não pautadas em diretrizes particulares, mas orientados para a satisfação dos direitos coletivos e respeito aos direitos individuais. Por fim, repasso aos nobres vereadores para a devida análise de mérito.

Atenciosamente,

Paula Schaumlöffel
Procuradora Geral